

Foco na abstinência sexual para combater gravidez precoce ignora que meninas são as mais estupradas

Damare Alves mescla dados com exageros e exemplos fora do contexto para defender campanha de abstinência sexual entre jovens, mas entra em choque com discurso técnico de Ministério da Saúde

(El País, 31/01/2020 - acesse no site de origem)

De um lado, [uma ministra com ideias radicais, cada vez mais popular](#) e com pouco dinheiro. Do outro, um ministro com muitos recursos e um trabalho discreto, passando batido pela enxurrada de polêmicas diárias do Governo [Jair Bolsonaro](#). A campanha pela abstinência sexual que [Damare Alves](#) pretende lançar durante a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, prevista para acontecer na primeira semana de fevereiro em parceria com o Ministério da Saúde, comandado pelo médico ortopedista [Luiz Henrique Mandetta](#), vem colocando os dois ministros em lados opostos. O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos dita —ou tenta ditar— as diretrizes da ação, mas o custo de 3 milhões de reais será bancado pelo Ministério da Saúde. Em nota técnica [obtida pelo jornal O Globo](#) no último fim de semana, a pasta comandada pela pastora evangélica afirma que o início precoce da vida sexual leva a “comportamentos antissociais ou delinquentes” e “afastamento dos pais, escola e fé”, entre outros resultados.

Já a pasta de Mandetta afirmou, em outra nota técnica, que a campanha deve reforçar a autonomia e o protagonismo do jovem sobre sua iniciação sexual, colocando à disposição os métodos contraceptivos. [Ao jornal Folha de S. Paulo](#) o ministro afirmou que a mensagem do “comportamento responsável é válida”, mas que “o problema é complexo” e “não se pode minimizar a discussão e dar ênfase só para isso”. Ele também disse que questões religiosas não devem pautar a discussão e que tem “apostado muito muito em informar as consequências, porque acredito que esse seja um ponto essencial para a conscientização”.

Fora desse embate estão os números alarmantes de estupros cometidos em meninas menores 14 anos, uma das principais causas da gravidez precoce, segundo diversos especialistas e estudos. Os dados mais recentes constam no [último relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública](#). A entidade mostra que nos de 2017 e 2018 foram registrados um total de 127.585 estupros, dos quais 63,8% ocorreram em menores de 14 anos —o que se configura como estupro de vulnerável. Além disso, 81,8% dos casos aconteceram em mulheres, 75,9% foram cometidos por alguém conhecido e em de 95% deles os autores pertencem ao sexo masculino. “É de se destacar que os crimes sexuais estão entre aqueles com as menores taxas de notificação à polícia, o que indica que os números aqui analisados são apenas a face mais visível de um enorme problema que vitima milhares de pessoas anualmente”, afirma o texto.

A ministra Damare também vem apontando para o aumento dos casos de doenças sexualmente transmissíveis, como a sífilis. Em julho do ano passado, a ONU apontou que [o contágio do vírus da AIDS no Brasil cresceu 21% em oito anos](#), apesar das campanhas e tratamentos oferecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Essa tendência já vinha sendo

observada por entidades e especialistas, que apontam para o nível de desconhecimento das novas gerações, que não vivenciaram o pânico gerado pelos primeiros contágios a partir da década de 1980. Seja como for, o Governo Bolsonaro foi criticado por ter transformado o órgão responsável pelo combate à doença em uma coordenadoria dentro do Ministério da Saúde —antes, era um departamento específico. Na prática, isso significou que a política de enfrentamento ao vírus, tida como referência no combate ao HIV em todo o mundo, perdeu relevância.

Um discurso que soa razoável e se contradiz com a realidade

Além da campanha de prevenção da gravidez, o MMFDH [pretende lançar uma política pública mais ampla](#) chamada de Plano Nacional de Prevenção ao Risco Sexual Precoce, em que também abordará o “adiamento da iniciação sexual” como método contraceptivo. Especialistas no tema [afirmam que a estratégia é ineficaz](#). Pouco importa: a abstinência sexual é uma agenda defendida por amplos setores da Igreja Evangélica e de grupos ultraconservadores que fazem lobby junto [Governo Jair Bolsonaro](#) —e que vêm conseguindo implementar suas ideias nos Estados Unidos de Donald Trump. Mas as ideias radicais que norteiam a nota técnica do ministério ganham, na voz de Damares, contornos razoáveis e que podem facilmente atingir mães e pais com preocupações na hora de criar filhos pré-adolescentes.

“Que dano eu vou trazer para uma criança ao dizer para ela: ‘espera mais um ano’, ‘espera um pouquinho’?. Não vamos eliminar os outros métodos preventivos. Vamos continuar falando da camisinha; vamos continuar falando da pílula; vamos continuar falando dos outros métodos”, afirmou a ministra em [entrevista publicada pelo jornal Correio Braziliense](#) no último domingo. “A gente quer mais que uma campanha; a gente quer começar a conversar sobre isso; a gente quer que isso seja uma coisa permanente, de modo que toda vez que uma professora falar de preservativo, ela também fale: ‘Olha, vamos pensar duas vezes antes de transar?’. É só uma frase! É só sentar com esse menino e conversar”, acrescentou a pastora evangélica.

Sua fala contradiz a nota técnica do MMFDH, que defende que ensinar métodos contraceptivos para jovens “normaliza o sexo adolescente”, já que nem todos tiveram iniciação sexual. Contrariando mais uma vez Damares, a nota técnica da Saúde afirmou que educação sexual não estimula relações sexuais. Serve, pelo contrário, para que o jovem conheça o próprio corpo e oferece insumos para que sua escolha seja acordo com suas expectativas.

A ministra também abordou na entrevista alguns problemas reais e apelou para o senso comum: “A gravidez precoce está crescendo de uma forma absurda. E mais do que a gravidez precoce, as doenças sexualmente transmissíveis. Sabiam que estamos em epidemia de sífilis? O Unicef apresenta o relatório da idade média de iniciação do sexo no Brasil: menina está com 13,9 anos, e menino, 12,4 anos. Imaginem comigo: o Código Penal Brasileiro fala que é estupro transar com uma criança com menos de 14 anos”.

Dados sobre gravidez precoce

Os números e estudos mostram uma realidade mais complexa que a divulgada por Damares. Um [relatório de 2018 da Organização Mundial da Saúde \(OMS\) e da Unicef](#) afirma que entre 1995 e 2000 a gravidez entre adolescentes de 15 a 19 anos atingiu seu ápice, de 83,6 nascimentos para cada 1.000 mulheres. Entre 2010 e 2015 essa proporção caiu para 68,4 grávidas. Por outro lado, [reportagem da Folha de S. Paulo](#) mostrou que na capital paulista os índices vêm aumentando na periferia. Seja como for, os números são altíssimos se comparados

com a média mundial de 46 nascimentos para cada 1.000 adolescentes, enquanto que na América Latina e no Caribe a média é de 66,5 gestações.

De acordo com [um estudo do Ministério da Saúde](#), 3,2 milhões de adolescentes foram mães no Brasil entre 2011 e 2016. Desse total, 95% estavam na faixa etária de 15 a 19 anos. As gestações em meninas de 10 a 14 somaram 162.853 (ou cerca de 25.000 por ano), um número significativamente menor, mas ainda em um patamar bastante elevado.

Essa realidade entre as adolescentes mais novas pode ser explicada, entre várias questões, pelo fato de que as [meninas foram também as principais vítimas de estupro](#) entre adolescentes —a mesma tendência observada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Foram notificados um total de 49.489 casos de estupro contra jovens do sexo feminino, dos quais 66,3% (32.809) tinham de 10 a 14 anos, enquanto que 33,7% (16.680) tinham de 15 a 19 anos.

A partir daqui as complexidades e dificuldades de análise ficam ainda mais evidentes. As notificações de gestações decorrentes de estupro são baixas se comparados com o total de violações e de nascimentos registrados por adolescentes: segundo o estudo, 10.814 mães jovens que tiveram filho também afirmaram ter sido abusadas, sendo que 3.276 estavam na faixa de 10 a 14 anos e 7.538 tinham 15 a 19 anos. Porém, o relatório destaca que “a análise dos casos das mães adolescentes no período de 2011 a 2016 mostrou que a notificação de estupro podia ocorrer antes ou depois do registro do nascido vivo”.

Além disso, o estudo destaca que os abusos ocorridos repetidas vezes aconteceram em 45,6% dos casos de meninas de 10 a 14 anos e 25,7% das jovens de 15 a 19 anos. Entre as que ficaram grávidas em decorrência de estupro, em 72,8% (10 a 14 anos) e 44,1% (15 a 19 anos) dos casos a violação teve caráter repetitivo. Portanto, continua o estudo, “a gravidez na adolescência e as notificações de estupro podem estar associadas, evidenciada pela alta prevalência de violência de repetição, de ocorrência de estupro e outras vulnerabilidades”.

[Em relatório de 2017](#), a Unicef aponta “entre 40% e 60% dos casos de gravidez na adolescência resultantes de violência sexual”, de acordo com outros estudos. “Mas, apesar de os indicadores quantitativos e qualitativos comprovarem a gravidade do problema, a literatura brasileira carece de mais dados aprofundados sobre essa situação. Mesmo assim, ainda que os dados demográficos não sejam claros, algumas poucas pesquisas qualitativas confirmam a gestação fruto de abuso”, afirma o texto.

A ministra Damares Alves não nega esta realidade e diz que defende a educação sexual em escolas, desde que falada “de forma certa”. Coincidindo com movimentos feministas, afirmou ao *Correio* que “quem for falar para a criança de 3 anos sobre educação sexual deve fazê-lo inclusive para empoderar essa criança a se proteger”. Ela inclusive aproveitou para lembrar seu histórico pessoal de violação: “Vocês conhecem a história do meu abuso, daquele momento terrível da minha vida. Se eu soubesse o que era aquilo, eu teria gritado. Eu tinha 6 anos”. Mas mais uma vez o discurso não condiz com as diretrizes do Governo: [conforme publicou o jornalista Jamil Chade](#) no último dia 28 no EL PAÍS, o Governo Bolsonaro tem vetado a menção à educação sexual em documentos da ONU e da OMS e vem sendo aplaudido por ultraconservadores e até por saudistas.

Outras causas para a gestação entre adolescentes

Damares apela mais uma vez ao senso comum ao argumentar que o Brasil não combateu a

“erotização” que vem resultando na iniciação sexual precoce de meninas. “Vocês acham que uma menina de 12 anos, anatomicamente, tem o canal da vagina pronto para ser possuída por oito adultos? Aí você me pergunta: ‘De onde a senhora tira os oito adultos?’. Delas. Pergunte às meninas com quantos parceiros elas já se relacionaram. Gente, nós estamos diante de uma tragédia. As meninas estão ficando por uma certa pressão social”, [afirmou na entrevista ao Correio](#).

Mais uma vez a realidade se revela mais complexa. O estudo do Ministério da Saúde também mostra que mais de 70% das mães adolescentes são negras e a maioria mora no Nordeste e no Sudeste. Também são elas as mais expostas à violência sexual. Mas o estupro não pode ser considerado a única causa do alto índice de gravidez na adolescência, conforme o próprio estudo admite: “Uma revisão sistemática da literatura mostrou forte associação entre história de violência sexual e gravidez na adolescência. Outros fatores, como início precoce da vida sexual, não morar com os pais, pobreza e negligência, também apresentaram forte associação com a ocorrência da gravidez na adolescência”, afirma o texto.

O [relatório da Unicef](#) também aponta quatro “macrofatores” causais para o alto índice de gravidez precoce: além da violência sexual, aponta para o “descompasso entre o desejo sexual e o risco de gravidez, que pode resultar na gravidez não planejada (*escapulida*)”; a “vontade da maternidade, que resulta na gravidez desejada”; e a “necessidade de mudança de status social, que resulta na gravidez estratégica”.

Nesse contexto cabe também destacar o elevado número de uniões estáveis e casamentos entre adolescentes, uma realidade para 23,2% das meninas com de 10 a 14 anos, e 36,8% entre aquelas de 15 a 19 anos, lembra o Ministério da Saúde. “As dificuldades para resolver os vínculos de dependência do grupo familiar podem levar os jovens a buscar uma pseudoindpendência, substituindo os laços com os pais pela dependência afetiva do casal. A adolescente que vive em um meio social desprovido de recursos materiais, financeiros e emocionais satisfatórios pode ver na gravidez uma expectativa de futuro melhor, embora ela possa se tornar mais vulnerável nessa situação”, explica. A Unicef coloca o Brasil como o país com mais casamentos precoces da América Latina e o quarto de todo o mundo.

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública segue na linha da entidade da ONU e lembra que as adolescentes muitas vezes “associam o casamento à possibilidade de mudança de status social, de alguma forma de emancipação e de serem mais valorizadas”. Já [um estudo qualitativo feito pela ONG Plan International](#) coloca que a gravidez na adolescência é a principal razão para que garotas brasileiras casem antes dos 18 anos.

Por Felipe Betim

O ventre como instrumento de poder, por Jamil Chade

Governo Bolsonaro propõe abstinência, mas veta educação sexual na ONU e recebe aplausos

de sauditas e ultraconservadores

[\(El País, 28/01/2020 - acesse no site de origem\)](#)

Ao ouvir os planos do Governo federal para realizar uma [campanha pela abstinência sexual](#) entre adolescentes, imediatamente me veio à mente as reuniões em que estive presente em Genebra e em que vi o mesmo governo de [Damares Alves](#), Jair Bolsonaro e Ernesto Araújo defendendo que fossem retirados dos documentos na ONU e OMS qualquer tipo de referência sobre “educação sexual”.

Tampouco aceitaram qualquer menção à saúde e direitos reprodutivos, sempre sob o argumento de que tais termos poderiam abrir caminho para a promoção do [aborto](#).

Se à primeira vista essa situação pode parecer contraditória, na agenda ultraconservadora-religiosa não há nada de paradoxal entre as duas ações. No fundo, elas se completam num sentido mais amplo: o esforço pelo controle sobre o corpo da mulheres.

Sugere-se o que fazer com o corpo, enquanto recusa-se a aceitar a [educação sexual](#) como um direito básico. Retira-se o direito de saber para garantir autonomia sobre seu corpo e, ao mesmo tempo, uma campanha é promovida para dizer quando a mulher deve manter relações sexuais.

A abstinência pode eventualmente fazer parte de um programa de saúde e planejamento. De fato, a Sociedade para a Saúde e Medicina do Adolescente, nos EUA, admite que adiar o início de relações sexuais pode ter um impacto “saudável”. Mas jamais como uma solução recheada de carga moral ou religiosa. E muito menos sendo o carro-chefe da estratégia em que, ao mesmo tempo, a educação sexual é combatida em fóruns internacionais.

Neste caso, a abstinência se transforma num instrumento de poder. E não em uma opção de saúde pública. A escolha da idade não é do Estado, nem da família ou dos parceiros. Mas da mulher.

Pelo mundo, diferentes governos ultra-conservadores vêm promovendo políticas “pró-família”. Mas, em cada uma delas, a única que parece ser ignorada é a posição da mulher. Seu corpo, na maioria das vezes, se transforma em um meio para atingir outros objetivos políticos.

Na Hungria de [Viktor Orban](#), por exemplo, o Governo passou a dar incentivos para garantir o nascimento de mais crianças húngaras. O país de fato vive uma redução de sua população. Mas, para evitar ter de aceitar imigrantes, Budapeste optou por pagar famílias para manter a “coesão nacional” e, de quebra, a cor da pele e a cruz.

Enquanto famílias são conduzidas a ter mais de três filhos, Budapeste insiste em atacar a lei de aborto que existe e ergue muros contra a “invasão” de imigrantes.

O ventre da mulher, neste caso, faz parte de uma estratégia nacional, supremacista e profundamente xenófoba.

Os húngaros não são os primeiros a adotar tal postura. Nos EUA, a tradicional ideia de nação —branca e cristã— andou de mãos dadas com movimentos Pró-Vida. Sociólogos apontaram como, ao longo dos anos, a ansiedade da população branca americana cresceu, enquanto sua participação na demografia do país passou de 90% em 1950 para 60% no início deste século.

Com mais de 60% dos abortos sendo realizados por mulheres brancas, uma das teses é de que, com novas leis para impedi-las de interromper uma gravidez, se impediria que a população negra ou mestiça superasse a parcela branca dos EUA.

Na [Polônia](#), em 2016, o Governo de extrema-direita propôs endurecer ainda mais as leis anti-aborto. Pelo projeto, mulheres poderiam ser presas se buscassem serviços para realizar um aborto. A proposta não vingou, diante dos protestos. Mas, nos bastidores, não são poucos os grupos que avaliam que a medida poderia voltar a ser apresentada, com uma nova roupagem. Também preocupa a ofensiva do Governo sobre os Judiciário.

No caso do Brasil, a recusa em aceitar a educação sexual [em textos oficiais da ONU](#) aproximou o Brasil da Arábia Saudita, um país “exemplar” no controle sobre o corpo da mulher. Riad, rapidamente, saiu a aplaudir o novo posicionamento do Governo de Bolsonaro.

Longe de dar uma solução para uma legítima e profunda crise de saúde pública, Brasil e outros governos optam por ignorar o que os dados científicos mostram. Em levantamentos realizados por alguns dos principais institutos de pesquisa, poucas são as evidências que mostram que a criminalização da autonomia do corpo da mulher tenha gerado resultados positivos.

De acordo com uma pesquisa publicado na revista *The Lancet*, 25 milhões de abortos inseguros foram realizados no mundo entre 2010 e 2014, a cada ano. Além desses, 7 milhões de mulheres foram hospitalizadas por conta de [abortos ilegais](#). De acordo com a Anistia Internacional, 215 milhões de mulheres no mundo não tem acesso à métodos contraceptivos, ainda que não queiram ter filhos. Segundo dados da ONU, 22.000 mulheres morrem a cada ano como consequência de abortos inseguros.

Pelo mundo, ainda são dezenas as leis que mantêm um padrão inaceitável de controle do Estado ou dos homens sobre o corpo da mulher. Em alguns casos, quem comete o estupro pode evitar ser preso se casar com a vítima. Em outros lugares, clínicas apenas podem dar métodos contraceptivos a uma mulher se ela chegar acompanhada de seu marido.

Na Irlanda, o aborto é ilegal. Mas, entre 1980 e 2012, em média doze mulheres viajaram ao Reino Unido para interromper uma gravidez. E isso a cada dia.

Fora de seu útero, as barreiras não deixam de ser profundas. Em mais de 30 países, mulheres continuam precisando de autorização de seus maridos para ter um passaporte, enquanto na Nigéria o código penal mantém referências sobre “caráter imoral” de uma mulher. No ritmo que vamos, a igualdade entre homens e mulheres no mercado laboral será obtido em mais de cem anos.

Portanto, se o Governo brasileiro quer falar em abstinência, terá de falar primeiro em autonomia da mulher, educação sexual, direitos e saúde reprodutiva. E, enfim, não estaremos tratando do dilema do poder da mulher sobre seu marido ou sobre os objetivos do Estado. Mas estaremos promovendo uma política pública para que mulheres, parafraseando Mary Shelley, tenham o poder sobre elas mesmas.

E isso, provavelmente, seria a maior revolução na história da humanidade.

Jamil Chade é correspondente na Europa desde 2000, mestre em relações internacionais pelo Instituto de Altos Estudos Internacionais de Genebra e autor do romance *O Caminho de Abraão (Planeta)* e outros cinco livros.

Campanha leva informações sobre saúde sexual e direitos a 2 mil jovens no Paraná

Cerca de 2 mil pessoas, a maioria adolescentes, já passaram pelas atividades da caravana “Tá no Rumo”. A ação visitou sete municípios do oeste do Paraná em novembro e dezembro de 2019, levando informação sobre saúde, afetividades e sexualidade. A partir de março de 2020, outros oito municípios receberão as atividades.

[\(Nações Unidas, 22/01/2020 – acesse no site de origem\)](#)

A ação é parte do projeto Prevenção e Redução da Gravidez Não Intencional na Adolescência nos Municípios do Oeste do Paraná, uma parceria entre a ITAIPU Binacional e o Fundo de População da ONU (UNFPA). A campanha conta com site, vídeos, conteúdos para redes sociais e uma caravana que leva informação por meio de uma exposição interativa e cine-debate

“Nada substitui o conhecimento, e o objetivo principal desse projeto é passar conhecimento sobre escolhas”, destaca o diretor de Coordenação da ITAIPU Binacional, General Luiz Felipe Carbonell. “As escolhas têm que ser feitas e a gente tem que ter cuidado para escolher o que é melhor para nós e para a comunidade onde vivemos”, completa.

“Esta é uma campanha muito bonita, com uma linguagem desenvolvida especificamente para o público adolescente, mas que também dialoga com a família, profissionais de saúde, escolas e a comunidade em geral. A lógica é mostrar que é possível, sim, ter uma trajetória de vida baseada em escolhas seguras”, avalia a representante auxiliar do UNFPA, Junia Quiroga.

O momento da caravana que mais conta com interação do público adolescente é a exposição. Em sete ambientes, é possível saber mais sobre diferentes temas, que vão desde direitos específicos de crianças, adolescentes e jovens até infecções sexualmente transmissíveis, identificação de violências e abusos, prevenção da gravidez não intencional e projetos de vida.

“A gente debateu temas que, no dia a dia, não tem coragem de debater. Apresentaram leis para adolescentes que a gente não sabia que existia. A gente conversou também sobre abuso sexual, psicológico e físico”, destaca a adolescente Gyulia Otto.

O conhecimento sobre diferentes tipos de violência e os canais de denúncia existentes chamaram a atenção do adolescente Assis Pastorini. “Na exposição, a gente também aprendeu que tem os meios de comunicação para denunciar esse tipo de coisa, pra ir contra e também para amparar a vítima, porque a culpa não é dela”, afirma.

Para a adolescente Evelin Gimenez, o espaço oferecido e a linguagem amigável constroem um ambiente acolhedor para o público que visita as instalações, o que facilita tirar dúvidas e compartilhar conhecimento. “Eu sei as informações necessárias, então, eu vou saber como agir no momento em que eu me encontrar e precisar disso. Eu me sinto muito mais capacitada para escolher por mim mesma”, destaca.

Retorno das atividades em 2020

O lançamento da caravana foi realizado em Foz do Iguaçu no dia 22 de novembro. Em seguida, ela passou pelos municípios de Ramilândia, Diamante d'Oeste, Nova Santa Rosa, Guaraniaçu e Capitão Leônidas Marques. As atividades de 2019 foram encerradas em 20 de dezembro em Ubiratã.

As ações da caravana serão retomadas em março. Mais oito municípios do oeste do Paraná que aderiram ao projeto receberão as atividades e em breve terão os nomes, locais e datas divulgadas. Todos os materiais da campanha, assim como fotos das atividades e o calendário de ações estão disponíveis e sendo atualizados em www.tanorumo.com.br.

Sobre o projeto

A campanha Tá no Rumo faz parte do eixo Comunicação do projeto conjunto entre UNFPA e ITAIPU Binacional. Iniciado em 2018, o projeto Prevenção e Redução da Gravidez Não Intencional na Adolescência nos Municípios do Oeste do Paraná também prevê ações em Saúde, Educação e Gestão do Conhecimento.

O objetivo é trabalhar com os 51 municípios do Oeste do Paraná que assinaram o termo de adesão, trazendo uma experiência positiva ao realizar ações para a prevenção e redução da gravidez não intencional na adolescência.

As ações têm foco no desenvolvimento socioeconômico, criando e ampliando oportunidades para que adolescentes e jovens ajudem na construção de serviços acolhedores de saúde e também tenham garantidas condições de ampliar suas habilidades para a vida e competências socioemocionais.

[Itamaraty censura até 2024 documentos sobre sua política sobre gênero](#)

O Itamaraty censura o acesso a documentos que expliquem o motivo pelo qual o governo brasileiro passou a rejeitar, na ONU, o termo “igualdade de gênero” ou “educação sexual” em resoluções e textos oficiais. A recusa em liberar o acesso foi comunicada pelo Itamaraty a ONGs, que tinham feito o pedido por meio da Lei de Acesso à Informação.

[\(Blogosfera UOL, 09/09/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Um dos motivos mencionados para rejeitar o acesso foi o risco que isso poderia representar para a posição negociadora do Brasil e mesmo à segurança nacional.

A decisão ainda coincide com a polêmica aberta pelo prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, que ordenou o confisco de um livro na Bienal em sua cidade. A obra trazia dois personagens homens que se beijavam.

A censura também ocorre no momento em que o Brasil concorre a uma vaga no Conselho de Direitos Humanos da ONU. Em seu documento de campanha, porém, a proteção aos grupos LGBT ou políticas de gênero desapareceram.

Nas Nações Unidas, o governo brasileiro surpreendeu há três meses quando passou a se aliar à atitude de sauditas e outros governos ultraconservadores no que se refere a temas relacionados com mulheres e família. Brasília e Riad, por exemplo, votaram juntas para retirar dos textos a referência à “igualdade de gênero”.

No Itamaraty, diplomatas receberam a instrução para explicar que gênero era apenas “homens e mulheres”. A reportagem do UOL esteve em reuniões em Genebra em que a posição brasileira foi escancaradamente ultraconservadora.

Liderados pela Associação Brasileira LGBTI (a ABGLT), pedidos foram feitos para que a sociedade civil tivesse acesso aos documentos que prestavam a instrução aos diplomatas em Genebra e Nova York.

Numa primeira instância, a sociedade civil recebeu a resposta de que as informações seriam mantidas como confidenciais. As ONGs entraram com um recurso na segunda instância, cobrando explicações sobre o motivo pelo qual o acesso foi recusado.

As entidades, que fizeram os pedidos com base na Lei de Acesso à Informação, descobriram como a decisão de restringir os documentos foi tomada, em alguns casos, depois que apresentaram a solicitação.

A associação deixa claro que não aceita o argumento de que o acesso afeta a segurança nacional e nem a posição negociadora do Brasil. Além disso, alertam como a medida seria inconstitucional, diante do posicionamento já adotado pelo STF (Supremo Tribunal Federal). Para a ABGLT, isso reforça a tese da “censura pela mera liberalidade”.

“Essa decisão demonstra o caráter autoritário e antidemocrático do governo Bolsonaro, que se utiliza agora da censura no ataque aos direitos da população LGBT e das mulheres”, disse Gustavo Coutinho, membro da diretoria da ABGLT e um dos advogados que acompanha o caso. “Há uma verdadeira cruzada moral contra as pautas de gênero e sexualidade,” insistiu.

Explicação

Na resposta que nega o acesso à informação em segunda instância, o Itamaraty explica que “reitera-se a impossibilidade de divulgação das informações solicitadas uma vez que estão classificadas no grau reservado, com base no Art. 23, inciso II, da Lei nº 12.527, de 2011, combinado com o Art. 25, inciso II, do Decreto nº 7.724, de 2012”.

O governo ainda indica que tais documentos só poderão ser consultados em cinco anos. “Como foram produzidas em 2019, o prazo de sigilo é de até 2024 (cinco anos)”, disse.

Com base na Lei nº 12.527, o Itamaraty diz que “são consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado e, portanto, passíveis de classificação as informações cuja divulgação ou acesso irrestrito possam: II - prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do país, ou as que tenham sido fornecidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais”.

Já o Decreto nº 7.724, de 2012 Art. 25, estipula que “são passíveis de classificação as informações consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado, cuja divulgação ou acesso irrestrito possam: II - prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do país”.

Por Jamil Chade

Educação sexual para que as meninas possam sonhar, por Debora Diniz e Giselle Carino

Fornecer as informações necessárias para evitar a gravidez é uma maneira poderosa para garantir alternativas diferentes da maternidade

(El País, 15/02/2019 - acesse no site de origem)

Somos duas mulheres latinas. Nossos países eram governados por ditaduras militares quando éramos meninas. Cada uma viveu de maneira particular o segredo e o horror do poder militar na Argentina e no Brasil. Sonhávamos com livros e independência. Nossos planos de futuro variavam com a idade; em comum, idealizávamos um futuro trabalho fora de casa, diferente de nossas avós que eram integralmente cuidadoras. Ter filhos era como um fato natural para o futuro, mas distante para quem imaginava a idade de 30 anos como velhice. Nenhuma das duas viveu o fantasma da violência sexual ou da gravidez forçada na infância. As histórias de meninas grávidas eram de outras muito distantes de nossas vidas na escola ou na família. Eram histórias de meninas pobres, negras ou camponesas, de famílias trabalhadoras rurais.

Nós estávamos erradas. Vivemos na região do mundo com a segunda maior taxa de gravidez na adolescência. A [América Latina e o Caribe](#) são as regiões onde a maternidade entre meninas com menos de 15 anos de idade mais cresce no mundo. São [mais de 2 milhões de meninas](#), todos os anos, que se transformam em cuidadoras, abandonam a escola, interrompem outros sonhos, exceto os da maternidade ou do casamento. O rosto dessas meninas não é o mesmo de nossas filhas ou sobrinhas — nós somos o rosto do privilégio entre as mulheres da região, duas latinas brancas, filhas de mães com ensino superior. Se não conhecíamos as histórias das meninas grávidas, é porque vivíamos longe das situações de grave risco que resultam em uma gravidez precoce.

Como mulheres que temos dedicado nossas vidas a defender os direitos de meninas e mulheres, agora conhecemos essas histórias. A complexidade do tema é imensa e há até mesmo cientistas sociais que argumentam que as altas taxas de gravidez na adolescência são resultado do desejo pela maternidade entre as meninas, enquanto outros fantasiam sobre a abstinência para escapar do fato de que meninas pré-adolescentes têm sexualidade. Ambas as teorias estão erradas. Meninas que buscam a maternidade precoce nem sempre conhecem outros projetos de vida por condições de sua classe e sua cor, e os defensores da abstinência

ignoram o fato de que o silêncio é cúmplice da exploração. Uma coisa é certa: a educação sexual, se bem feita, oferece informações precisas às meninas, as protege do risco de violência sexual e amplia suas possibilidades de escolha. Ainda assim, muitos países da região, incluindo o Brasil, propõem eliminar educação sexual das escolas.

Uma grande parte das meninas que engravidam não retornam à escola: no Peru, 77% das meninas grávidas abandonarão a escola, na Guatemala, 88%. A mortalidade materna entre as meninas é quatro vezes maior do que entre as mulheres jovens. Quando uma menina engravida, os discursos sociais são extremos e focados no que fazer com a gravidez — por um lado, há os “moralistas” que se preocupam com a proibição do aborto, por outro lado, são eles os mesmos que se preocupam com a sexualização dos corpos. Depois do parto, as vozes se calam e a menina se torna uma mãe abandonada pela proteção social: deixa de ser cuidada para se tornar adulta responsável por si mesma e pelo filho. Isso aconteceu com adolescentes afetadas pela epidemia de zika no Brasil: três em cada quatro mulheres em Alagoas, o estado mais pobre do país e com a maior taxa de gravidez adolescente, [foram mães na adolescência](#).

A gravidez na infância e adolescência provoca a pergunta de qual é o legado que buscamos para as meninas da região. Ao contrário de nosso passado, quando não havia métodos de planejamento familiar disponíveis e adequados para adolescentes, hoje eles existem. Basta chegar até as meninas de uma maneira apropriada à sua idade e capacidade de compreensão. Ignorar a centralidade da saúde sexual e reprodutiva é atravessar o futuro dessas meninas com uma sentença de abandono de longo prazo — nós somos a [região mais perigosa](#) para as mulheres no mundo, e, infelizmente, avançamos para as políticas educacionais que ignoram as necessidades de saúde reprodutiva para proteção do futuro das meninas.

Fornecer as informações necessárias para evitar a gravidez na adolescência é uma maneira poderosa para garantir que uma menina, como uma sobrevivente das desigualdades sociais da vida, tenha outras alternativas diferentes da maternidade. Os sonhos encontrados nos livros não devem pertencer exclusivamente às elites da nossa região.

Debora Diniz é brasileira, antropóloga, pesquisadora da Universidade de Brasília e da Universidade de Brown.

Giselle Carino é argentina, cientista política, diretora da IPPF/WHO.

“Ser líder negra é ser infinita, como toda grande força”, diz Neon Cunha

Neon Cunha se tornou uma das maiores vozes do Brasil na luta sobre despatologização das identidades de pessoas trans.

[\(Geledés, 28/01/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Geledés no Debate inicia 2019 entrevistando Neon Cunha, ativista, publicitária, diretora de

arte, negra e trans, ela se tornou conhecida nacionalmente ao entrar com uma ação pedindo morte assistida, caso não fosse aprovada a mudança de seu nome civil. Em 2016, Neon se tornou a primeira mulher trans a mudar de nome e gênero sem a exigência de laudo e sem realizar a cirurgia de redesignação genital, após negar o diagnóstico de transtorno da disforia de gênero. Uma luta que era individual se tornou uma vitória coletiva. Como ela conta aqui, seu principal objetivo era “mudar o processo que estava associado as questões do Protocolo Transsexualizador”. Neon é um nome grego e significa novo.

A terceira filha mais velha de uma família de dez filhos relata o apoio e afeto recebidos de sua mãe, faxineira, a quem revelou aos dois anos e meio de idade que era uma menina. Sofrendo bullying desde os três anos de idade, Neon encontrou num grupo de mulheres negras a força para seu processo de identificação. “Foi nesse núcleo de mulheres negras que lapidei a minha existência”, diz.

Geledés- Como se deu a decisão de entrar com uma ação judicial em 2016 para mudar seu nome e por que essa iniciativa foi veiculada ao direto à morte assistida pelo Estado brasileiro, caso sua exigência fosse recusada?

Eu já vinha pensando em como seria mudar todo o processo histórico que estava condicionado à questão do Protocolo Transsexualizador (instituído em 2008 pelo governo federal para atendimento especializado às pessoas trans e travestis no SUS) que dava condição de dizer quem eram as pessoas transexuais e travestis no Brasil. Além dessa questão, eu tinha consciência de que os movimentos sociais voltados às pessoas trans até então só falavam de mulheres transexuais e travestis, e mal se falava do homens trans. Sentia-me cansada da lerdeza judicial no país e temerosa da violação do meu corpo ou da possibilidade de sofrer a morte de qualquer forma, lembrando que o nome social não vai nem nas lápides, ou ao menos antes não ia.

Ou seja, já não bastava ter que sofrer com as violências em vida para também me submeter a outra violência pós-vida. Um ano antes de entrar com a ação, eu já havia falado com o advogado Eduardo Mazini, que depois assumiu o meu caso, dizendo que iria esperar sair a lei que estabelece direito à identidade de gênero, que era uma proposta dos deputados Jean Wyllys e da Érika Kokai (PL 5002), estabelecida nos moldes do que se tem na Argentina e em Portugal.

Pensei que meu corpo estava exposto e apesar de a minha vida não valer nada para o Brasil, ela vale muito para mim, para as pessoas que eu amo e que me amam. Então resolvi entrar com essa ação, dizendo ao meu advogado que recusaria a ser “patologizada” e não ofereceria laudo de espécie alguma, fosse ele psicológico, psiquiátrico, de endocrinologista ou assistente social, que preconizasse os processos anteriores. E se eles me negassem, o país precisaria assumir a responsabilidade da minha morte e a abjeção destas vidas. Foi assim que entrei com a questão da morte assistida, porque, entre ter meu corpo violado, exposto, ameaçado, sendo que eu vinha sofrendo violências desde a infância, acredito que era justo saber a dimensão da dor e da negação de minha existência.

Poder dialogar com a possibilidade de dignidade, principalmente nesse processo de fim de existência, é questão de atitude. É como envelhecer no Brasil, uma vez que as pessoas aqui são consideradas descartáveis. Os brasileiros não olham para seus idosos como acúmulo de conhecimento e respeitabilidade. E sou muito consciente sobre tudo isso. Portanto, caberia a mim mesma o direito de negação da minha própria existência. E a partir desse pensamento,

construí o processo judicial. E não foi apenas um processo, mas a criação de uma ação política. Procurei o jornal Folha de São Paulo que deu o título à matéria “Mulher ou Morte”; um artigo inédito, assim como foi inédito se usar pela primeira vez no país a Constituição para casos assim. Foi um precedente único, não sou eu quem falo, foram os pesquisadores que fizeram essa afirmação.

Geledés- O que veio com a mudança de seu nome?

Uma coisa muito importante de se pontuar é que o nome mudado não é de batismo, e sim civil. Não é mais um nome social como uma concessão de determinar como seria a vida de uma pessoa trans. Isso para mim é muito importante, porque esse nome tem legitimidade. E olhe que perversidade: enquanto que ser negra para mim é muito fácil de entender, existe a questão da socialização. Você passa por um processo em que as pessoas dizem lhe dar uma condição social desde que você prove que você é uma pessoa digna, uma “mulher de verdade” e aí sim, lhe dão uma condição de “mulher civilizada”. Eu saio do lugar da besta, dessa concessão de sociabilidade, para a condição de civilidade.

Geledés- Você disse certa vez numa entrevista que aceita apenas ser chamada de trans entre as mulheres negras. Por favor, explique.

As mulheres negras cisgêneras já passaram por esse processo. Fui apresentada à Marcha das Mulheres Negras pela Nilza Iraci (coordenadora do Geledés) e a gente não pode negar as semelhanças quando elas acontecem. A Nilza também é uma mulher negra de pele mais clara, que passou pela ditadura e passou por um processo que se assemelha com o que sofri em outra forma de ditadura. Porque eu nasci na ditadura, mas vivi a partir da ditadura da exclusão social. E foi nesse núcleo de mulheres negras que lapidei a minha força e a minha existência.

É nele em que são discutidas as identidades de gênero. Então chegar nesse lugar em que uma outra condição é repensada, acolhida e, de certa forma, vivenciada, faz com que haja uma respeitabilidade em que não encontrei em outros lugares. Nesse lugar não falam em trans como exclusão, mas reconhecem a trans como um processo que precisa ser identificado, acolhido, respeitado e trabalhado, para que não sejam reproduzidas as opressões. Então nesse grupo, elas dizem que eu trago além da pauta da mulher negra, a questão da transgeneridade. Então nesse espaço eu me permito e permito o reconhecimento identitário, porque existe acima de tudo acolhimento dessa dor da abjeção. Ali a trans é tratada com o máximo respeito.

“O que vamos fazer com essas pessoas que cometeram crime de ódio? Nós vamos ampliar o discurso do encarceramento em massa ou entender essa construção de subjetividade e intersexualidade que constrói essa violência? Precisamos ampliar o debate.”

Geledés- Qual a importância das grandes líderes negras em sua vida?

É um fascínio. É um universo a ser explorado, encantamento; é mergulhar em você, é o espelhamento. As lideranças negras estão em tantos lugares possíveis. Está em quem desce a ladeira da favela com roupa para lavar, por exemplo. É ver Sueli Carneiro na Marcha das Mulheres Negras e conversar com simplicidade. Em nosso primeiro encontro, ela me disse: “O que é que foi Neon?”. E respondi: “Sabe o que é Sueli? Você é de uma grandiosidade, que eu achava que tivesse um metro e oitenta, um metro e noventa”.

E ela disse rindo: “Sou baixinha mesmo, o que é que foi? O que é grandona?” É isso. É um encontro de mares e rios, dos céus, dos ares, dos fogos, de todos os elementos. É ser Maya Angelou (1928-2014), Angela Davis, Bell Hooks, Djamila, Maria Clara, Nilza Iraci, Luciana, Juliana, Andréias, Veronica Bolina, Lea, Cintia Gomes. Daria para passar o dia falando de mulheres pretas que me antecederam, que me são contemporâneas, que já estão margeando o futuro. Dona Conceição Evaristo, Daí Rodrigues, Érica Malunguinho, Érica Hilton. Há um rosário de mulheres pretas que não têm fim. É Orun, é constelação, é magia.

É o fascínio que alimenta o caminho para ser humana, para ser potente, para ser grande. É a diversão, é o prazer; é falar sobre a dor de Vilma Piedade, mas também é o encontro com 24 mulheres encarceradas em um presídio masculino. É um espelho com 24 facetas sobre você; é dialogar sobre afeto, ética, moral. É falar sobre a vida no cárcere privado, sobre a vida egressa, sobre a vida quem está em situação de rua, quem tá morando na rua. Você quer mesmo saber de forma objetiva o que é ser uma líder negra? É ser infinita, como toda grande força.

“Ainda que vivo, e muito bem vivo, Jean Wyllys nos obriga novamente a pensar na morte e acima de tudo nos leva a refletir sobre o quanto devemos lutar para garantir a vida e viver na beleza de sermos diversos.”

Geledés- Como entende a saída do deputado Jean Wyllys do país e qual o legado que ele deixa para a comunidade LGBT?

O legado de Jean Wyllys vai além de sua carreira política e se funde com sua trajetória de ex-BBB. Sua popularidade é acima de tudo um avanço na luta contra os preconceitos. Wyllys também é jornalista com mestrado em Letras e Linguística e professor.

O nordestino tem uma história de vida e tanto. É ainda muito significativo para mim que no mês de janeiro em que se celebra a visibilidade trans no Brasil, um casal não binário, Ares Saturno e Soren Denar, morre por meio de suicídio na capital paulista. Numa cidade no interior do Estado de São Paulo, aconteceu também o brutal assassinato da mulher trans ou travesti, Quelly da Silva - um jovem de 20 anos removeu e guardou seu coração, deixando no lugar a imagem de uma santa. Esse caso me fez lembrar outra morte, desta vez por espancamento, com rigores religiosos de paus e pedras, da nordestina Dandara dos Santos, em 2017.

E para citar outros casos além de transfobia, em dezembro de 2018, o cabeleireiro Plínio foi assassinado com facadas em plena Avenida Paulista, a mesma avenida em que um jovem agredido com uma lâmpada, em 2010, exatamente o ano em que Jean Wyllys foi eleito deputado federal pela primeira vez (se continuasse, seriam três mandatos consecutivos). Ainda que vivo, e muito bem vivo, Jean Wyllys nos obriga novamente a pensar na morte e, acima de tudo, nos leva a refletir sobre o quanto devemos lutar para garantir a vida e viver na beleza de sermos diversos. E como afirmou Aristóteles, a política é para se fazer “o bem para a humanidade” e não somente ocupar cargos.

Geledés-Entre as medidas do novo governo, está a extinção da pasta LGBTQI+, antes alocada na Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. Como vê essa medida e quais consequências de sua extinção para essa população?

Existe sim uma ameaça ideológica principalmente contra pessoas LGBTQIs, mas é bom lembrar que o Conselho LGBT sempre se chamou Conselho Nacional de Combate à Discriminação, inclusive no governo Dilma. Nunca esse conselho chamou-se Conselho LGBT. Portanto, é bom que essa pauta seja pensada, porque desde sempre é uma questão que se negociou dentro da história de luta de combate à homofobia, do kit gay, das identidades de ideologia de gênero. É muito importante de como a gente trata esse assunto. Agora ideologicamente está posto.

Na minha adolescência, escutei do próprio Lula (ex-presidente), em praça pública, que não havia homossexuais na classe operária. Então a história das lutas de LGBT no Brasil não mudaram muito nos últimos tempos por conta de governos. Mudaram por causa das ações da sociedade civil organizada ou de ativistas independentes. Isso é muito importante pontuar e significa alguns poucos avanços, porque não há nenhuma lei para o casamento, e sim uma jurisprudência. É como o nome civil para as pessoas trans: existe uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. Ou seja, as pessoas LGBT têm de se manter alertas, reforçarem seus trabalhos de base para que minimamente avancemos nas eleições municipais. Nós dormimos no barulho e aceitamos qualquer coisa, como frases do tipo “o que dá pra fazer agora é isso”.

Chega! Temos que começar a lutar por uma legislação que combata a LGBTfobia, similar à lei que combate ao racismo. E lutar para que essas leis tenham validade. Aliás, se usarmos o artigo 5 da Constituição, não deveria nem haver estar conversa, porque esse artigo é pleno quando fala de cidadania e humanidade. Deveríamos estar na defesa apurada e aguerrida por tudo que já foi conquistado no processo constituinte. Para mim, esse processo é inquestionável. É para isso que teremos de olhar.

“O combate ao ódio aos LGBTs no Brasil tem que começar pela educação. Vamos ter que falar sobre educação de gênero, orientação sexual e as possibilidades de vivências que estão fora da regrinha, da caixinha, das pessoas que acham que só tem isso e acabou. Precisa haver uma lei que combata a LGBTfobia e que instrumentalize o país para discutir o assunto. Essa lei tem que ser pensada para além do racismo.”

Geledés-Apesar de frequentemente noticiados, os assassinatos e atos violentos contra a população LGBTQIA+ não diminuem, pelo contrário, só aumentam. Quais medidas acredita que deveriam ser tomadas pelas diferentes esferas de governo?

O combate ao ódio aos LGBTQIA+ no Brasil tem que começar pela educação. Vamos ter que falar sobre educação de gênero, orientação sexual e as possibilidades de vivências que estão fora da regrinha, da caixinha, das pessoas que acham que só tem isso e acabou. Precisa haver uma lei que combata a LGBTfobia e que instrumentalize o país para discutir o assunto. Essa lei tem que ser pensada para além da que combate o racismo. Uma lei que seja similar à lei Maria da Penha; que trate o gênero com amplitude, a sexualidade e o crime de ódio em outra dimensão e que tenha como uma das prioridades a educação. O que vamos fazer com essas pessoas que cometeram crime de ódio? Nós vamos ampliar o discurso do encarceramento em massa ou entender essa construção de subjetividade e intersexualidade que constrói essa violência?

Precisamos ampliar o debate. E temos que assumir a responsabilidade social na construção de uma nova sociedade com maior capaz de acolher a diversidade humana. Temos de tratar desse

tema com seriedade e responsabilidade, porque acima de tudo, estamos falando de vidas humanas. A minha pergunta é: quais vidas importam? E elas importam à nossa nação? Ou será que há pessoas que se sentem no direito de eliminar outras? É o próprio movimento tem que ser repensado.

Janeiro é o mês de visibilidade do trans no Brasil, e quando se comemora isso e se consegue uma audiência no gabinete da República, se omite a falar sobre o caso de Dandara dos Santos, uma mulher não branca que morreu no conjunto de Palmares no mesmo mês que morreu Dandara, a esposa de Zumbi. Ela foi uma liderança feminista que antecede muitas coisas na discussão de liderança de luta de mulheres negras no Brasil.

Geledés-Como vê a questão sobre a discussão de sexualidade nas escolas públicas?

A discussão não se restringe apenas à esfera pública, mas precisa atingir todos os lugares além das escolas públicas. Temos que pensar em crianças de escolas comunitárias, em cursos de promoção de delegados populares, em todos os lugares de formação, inclusive os núcleos familiares. Temos que entender que a formação tem uma grande parcela de responsabilidade dos governos, mas também de uma sociedade como um todo. Chamar a sociedade para essa discussão é urgente. Não dá mais para excluí-la. E eu quero falar sobre esse assunto. Também somos responsáveis por nossas omissões, principalmente as que negligenciam vidas.

Geledés-Você já contou publicamente como foi brutalmente violentada. Como explica o ódio contra a população LGBT?

Na Argentina, na lei de identidade de gênero se reconhece o direito ao auxílio do governo para pessoas nascidas até 1975. É um salário digno para reconhecer que essas pessoas foram violentadas em exclusão social. A violência acontece justamente porque as pessoas não entenderam que seus privilégios não são ameaçados por outras que estão tentando acessar a dignidade humana. É entender a humanidade como um processo plural e, talvez, falar sobre isso além dessa lógica binária de macho e fêmea; de sexo constituído biologicamente.

É um assunto que se estuda desde a antiguidade, que se viu na Grécia, em culturas anteriores à chegada dos colonizadores. Daria para falar horas sobre esse processo. E as religiões têm um papel muito importante na negação do direito da humanidade que permeia diante da ausência de um estado laico, em que se negocia o direito de ser quem se é. Como os indígenas já pediram há tempos: queremos o direito de ser quem somos.

E as pessoas LGBT estão aí dizendo: nós só queremos co-existir. E que a minha existência seja tão respeitada quanto a sua, que é cheia de privilégios. O ódio produzido pela ideia da bestialidade que não corresponde às normas. Mas quem elabora as normas? E elas são necessárias a quem? Às vezes me pergunto se para as mulheres negras cisgêneras cabe a lógica da cisgeneridade. Quando uma mulher negra, independente dessa condição de orientação sexual ou de identidade de gênero, cabe a cisgeneridade? E a cisgeneridade é extremamente tóxica. O corpo da mulher negra sempre é “objetificado”. Rara a mulher negra que não sofre isso no seu corpo, no seu afeto, na sua existência. A dificuldade é permitir que essas pessoas sejam reconhecidas como seres humanos pretos.

“O que vamos fazer com essas pessoas que cometeram crime de ódio? Nós vamos ampliar o discurso do encarceramento em massa ou entender essa construção de subjetividade e intersexualidade que constrói essa violência? Precisamos ampliar o

debate.”

Geledés-Você disse também que já sofreu vários tipos de preconceito, inclusive sobre sua condição de mulher negra. Como foi isso e como respondeu?

São dois momentos muito marcantes para mim. O primeiro é quando era ainda menina, quando cursava a segunda série, e durante o intervalo da aula, estava num grupo de meninas que me disseram: “a gente não quer andar com você mais, porque você tem cor de sujeira, cor do papel que embrulha os cadernos”, referindo-se ao papel pardo. A questão de gênero já estava ok para mim. Mas compreender que estava sendo excluída por causa do tom de pele e ser associada à sujeira me tornou silenciosa, excluída e reclusa.

Outro momento marcante foi quando tinha 26 anos e comecei a desenvolver minha sexualidade e estava com meu primeiro namorado. Tivemos os primeiros desentendimentos e ele me disse: “quem você acha que vai namorar com alguém como você e ainda por cima preta?”. Você sabe que as pessoas têm preconceito. É como se só ele fosse me aceitar. A gente ressignifica a vida, transforma-a. É essa coisa de se entender de autonomia, de autoconhecimento, de encontrar outras mulheres negras. Entender que você, mulher negra, é plena e o problema é do outro.

Geledés-Certa vez você mencionou que luta para o conceito de liberdade. Qual é esse conceito?

Meu conceito é sobre a infinitude mesmo. Não temos começo, meio e fim; só temos a contemporaneidade do aqui e agora. E chamar a liberdade para a questão da consciência, da responsabilidade, da autonomia de ser você mesma. De ter responsabilidade sobre o seu existir. É preciso dialogar com outras existências e isso me torna responsável não só sobre a minha vida, mas sobre as vidas com as quais interajo. Liberdade nasce no respeito por mim e por quem eu enxergo. Esse enxergar é amplo e sensorial. Liberdade é sobre a condição humana. O que não pode ser pensado e negociado.

“Aprendi com minha mãe que afeto não é sobre o que eu queria, mas sobre o que eu estava disposta a dar. Não há como esquecer de quem sou filha. Mais do que isso, de quem me ensinou que a minha postura é a de abrir espaço em uma sociedade.”

Geledés-Você sempre fala de sua mãe. Como ela é e o que lhe deixou como maior legado?

Vai soar poético, mas pense em um momento muito significativo. Eu me reconheci com dois anos e meio de idade e fico imaginando tudo que ela vivenciou a partir dessa experiência comigo, ela que me conta que gestou uma menina, nasci em um sábado, às seis e meia da tarde, e o céu ficou rosa alaranjado, céu de Ewá, uma das divindades femininas do Candomblé, fico imaginando o que sentiu quando disseram que não era a menina. Fico imaginando a cabeça dela ao ter que lidar com tudo isso e o tanto, o tanto que ela me protegeu. Foi a coerência dela que me protegeu.

São tantas as histórias de proximidade e aqui vou lhe contar duas. Fico imaginando aquela mulher, faxineira a vida toda, que sustentou dez filhos com meu pai, tamanha era sua

grandiosidade. Um dia ela chegou tarde e precisava fazer a comida e estava tudo muito atrasado. Ela me deu uma panela de arroz e eu disse: quero lavá-la. Com seis anos, subi no banquinho de madeira para alcançar o tanque e lavei a panela. Ela olhou e me disse que ainda não estava boa. Na quarta vez, a panela de alumínio de aro 32- grande para uma criança -, estava areada, próximo do que ela considerava ideal. E ela falou: não está bom, mas a tampa está ótima. Você conseguiu.

Um outro episódio: morávamos em uma casa de um cômodo só e as divisões eram feitas com os móveis. Dormíamos com as cabeças intercaladas com os pés e já cansada e incomodada de ter de ceder meu lugar todas as vezes que uma visita chegava, um dia lhe perguntei: “por que tenho que dormir no chão para ceder o lugar para essa gente que não é nem daqui?” E ela respondeu: “Porque temos que dar o nosso melhor. Sempre”.

Então aprendi com minha mãe que afeto não é sobre o que eu queria, mas sobre o que eu estava disposta a dar, assim como ela o fazia. Ela limpava rodapé com escova de dente e hoje tem cinco hérnias de disco. E negociou com uma de suas patroas para entrarmos na escola quando eu tinha três anos e meio. Ou seja, não há como esquecer de quem sou filha. Mais do que isso, de quem me ensinou que a minha postura é a de abrir espaço em uma sociedade.

Geledés-Além de sua mãe, quem foi uma pessoa importante em sua vida?

Fabiana Moraes, uma intelectual que escreve no site da revista Piauí, autora do livro Nascimento de Joyce (história de uma mulher trans agrária). Ela é amiga e uma referência de mulher que pensa, que produz no Nordeste do Brasil. Não poderia esquecer de citá-la que é uma grande paixão. Uma mulher muito interessante, com vários prêmios de jornalismo. E obrigada ao Geledés! Muito amor nessa vida. Estamos juntas!

por Katia Mello

Judith Butler: Precisamos parar o ataque à “ideologia de gênero”

A teoria de gênero não é nem destrutiva nem doutrinadora: é apenas uma forma de busca por liberdade política.

[\(SPW, 23/01/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Nos últimos anos, protestos na Europa, na América Latina e em diversos outros lugares tem contestado uma “ideologia de gênero”. As eleições na França, Colômbia, Costa Rica e Brasil giraram em torno do discurso de candidatos que falavam dos papéis de gênero. Nos EUA, tanto católicos quanto evangélicos se opuseram a acolher posições políticas, de algum modo, vinculadas à “teoria de gênero” ou “ideologia de gênero”: os direitos das pessoas trans nas Forças Armadas, o direito ao aborto, o direito das lésbicas, dos gays, das pessoas trans, o

casamento homossexual, o feminismo e outros movimentos a favor da igualdade de gênero e da liberdade sexual.

Indiscutivelmente, esse retrocesso contra a “ideologia de gênero” tomou forma em 2004, quando o Pontifício Conselho da Família escreveu uma carta aos bispos da igreja católica assinalando o potencial do “gênero” como destruidor dos valores femininos importantes para a Igreja; como deflagrador de conflito entre os sexos; e como um conceito usado para contestar a natureza e a distinção hierárquica entre homem e mulher sobre a qual os valores da família e a vida social são fundados.

Em 2016, o papa Francisco elevou o tom dessa retórica: “Estamos experimentando um momento de aniquilação do homem como a imagem de Deus”. O papa incluiu nesse esfacelamento “[a ideologia de] gênero” proclamando: “Hoje, crianças – crianças! – são ensinadas na escola que cada uma pode escolher seu sexo!” Finalmente, Francisco deixou claro o que estava em causa do ponto de vista teológico: “Deus criou o homem e a mulher, Deus criou o mundo de uma certa forma...e nós estamos fazendo o exato oposto”.

O argumento do papa é que a liberdade de gênero – a liberdade de ser, ou de se tornar, um gênero, a ideia de que uma vida generificada pode ser a expressão de uma liberdade individual ou social – falsifica a realidade, já que, do seu ponto de vista, não somos nem livres para escolher o sexo com o qual nascemos nem para afirmar orientações sexuais que sejam divergentes daquelas ordenadas por Deus. De fato, o direito das pessoas de determinar seu gênero ou sua orientação sexual é visto pelos críticos religiosos antigênero como uma tentativa de usurpar de Deus seu poder de criação e de desafiar os limites da agência humana impostos pela divindade. Para o papa, igualdade de gênero e liberdade sexual não são apenas excessivas, mas destrutivas e até mesmo “diabólicas”.

A igualdade de gênero é entendida como uma “ideologia diabólica” por esses críticos precisamente porque eles veem a diversidade de gênero como uma “construção social” historicamente contingente, que tem sido imposta à diferença sexual determinada pela ordem divina. E, embora seja verdade que teóricos de gênero rejeitem a ideia de que gênero seja determinado pelo sexo designado no nascimento, o discurso de que a construção social do gênero é uma destruição deliberada da realidade estabelecida por Deus é uma interpretação que distorce o campo dos estudos de gênero e a noção de construção social, com consequências nefastas.

Mas se consideramos a teoria de gênero com cuidado, esta não é nem destrutiva nem doutrinadora. De fato, é nada mais do que uma forma de liberdade política para viver em um mundo mais vivível e igualitário.

Em “O Segundo sexo” (1949), a filósofa existencialista Simone de Beauvoir escreveu sua mais famosa frase: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”. Esta reivindicação criou espaço para a ideia de que o sexo não é a mesma coisa que o gênero. Numa formulação simples para essa noção: sexo seria dado pela biologia, enquanto gênero seria a interpretação cultural do sexo. Pode-se nascer como mulher no sentido biológico, mas a partir daí navega-se numa série de normas sociais e inventa-se como viver como uma mulher – ou como outro gênero – numa determinada situação cultural.

Para Beauvoir, o mais crucial é que o “sexo” é desde o começo resultado de uma situação histórica. O “sexo” não está sendo negado, mas está em disputa: nada sobre o que é ser mulher está determinado desde o nascimento, nem o tipo de vida que uma mulher vai levar ou o que

ser mulher significa. De fato, muitas pessoas trans são designadas com um sexo no nascimento e vão reivindicar outro ao longo de suas vidas. E se nós pensarmos com base na lógica existencialista da construção social de Beauvoir, alguém pode nascer mulher, mas tornar-se homem.

Uma forte variação “institucional” desta construção emergiu nos anos 1990, focalizando no fato de que o sexo é ele mesmo designado. Isso significa que médicos, família e autoridades legais desempenham um papel crucial na decisão de que sexo uma criança vai ter. Sexo, nesse caso, não é apenas um dado biológico, embora seja parcialmente determinado pelo quadro biológico. Mas qual enquadramento é relevante para essa determinação?

Tomemos o caso das crianças “intersexuadas”, que nascem com uma mistura de características sexuais. Alguns profissionais recorrem a hormônios para definir o sexo dessas crianças, enquanto outros consideram os cromossomos como fator decisivo. Essa determinação tem consequências: pessoas intersexuais têm expressado cada vez mais críticas ao fato de que autoridades médicas, com frequência, distorcem essas categorizações e as submetem a formas cruéis de “correção”.

Quando considerados em conjunto, o existencialismo e as interpretações institucionais da “construção social” mostram que gênero e sexo são determinados por processos complexos e interativos: históricos, sociais e biológicos. E, na minha visão, as formas institucionais de poder e conhecimento nas quais nascemos precedem, formam e organizam qualquer escolha existencial que venhamos a fazer.

Temos um sexo designado, tratado de várias formas que projetam expectativas de como viver um gênero ou outro, e somos formadas/os em instituições que reproduzem as normas de gênero em nossas vidas. Logo, somos sempre “construídos” no sentido de que não escolhemos. E, mesmo assim, buscamos construir uma vida num mundo social em que as convenções estão mudando e em que lutamos para encontrar a nós mesmos nessa teia de convenções já existentes, mas também mutáveis. Isso sugere que sexo e gênero são “construídos” de um modo tal que nem são totalmente determinados nem totalmente escolhidos, mas, ao contrário, capturados numa permanente tensão entre determinismo e liberdade.

Então, o campo de estudos de gênero é realmente destruidor, diabólico e doutrinador? Teóricos de gênero que reivindicam a igualdade de gênero e a liberdade sexual não estão comprometidos com um ponto de vista hipervoluntarista de “construção social” que tenha como modelo o poder divino. Nem buscam, por meio da educação com enfoque de gênero, impor aos outros suas visões de mundo. Se a ideia de gênero promove algo, é a abertura em direção a uma forma de liberdade política que poderia levar as pessoas a viver sem discriminação ou medo daquilo que é “dado” ou daquilo que é “escolhido” como seu gênero.

Negar essas liberdades políticas, como o papa e muitos evangélicos querem fazer, leva a consequências terríveis: aquelas que desejam abortar serão privadas do exercício dessa liberdade; gays e lésbicas que quiserem casar terão negada a opção de realização desse desejo; e aqueles que desejam assumir um gênero diferente da designação sexual do nascimento serão proibidos de fazê-lo.

Ainda pior, escolas que buscam ensinar sobre a diversidade de gênero serão constrangidas e o conhecimento sobre o atual espectro de possibilidades de vidas generificadas será negado a pessoas jovens. Esta pedagogia em diversidade de gênero é entendida pelos seus críticos como um exercício dogmático que prescreve como os estudantes deveriam pensar ou viver. De fato,

esses críticos interpretam de modo equivocado a educação sexual que introduz a masturbação ou a homossexualidade como dimensões da vida sexual, que é um manual para, literalmente, ensinar alunas e alunos a se masturbarem ou se tornarem homossexuais. Entretanto, trata-se exatamente do oposto. O ensino da igualdade de gênero e da diversidade sexual põe em questão o dogma repressivo que manteve à sombra e sem reconhecimento tantas vidas engendradas e sexuais, privadas de uma perspectiva de futuro.

Por fim, a luta pela igualdade de gênero e pela liberdade sexual busca aliviar o sofrimento e reconhecer os diversos modos culturais e corporais nos quais vivemos. Ensinar gênero não é doutrinação: não diz a uma pessoa como viver; abre a possibilidade de que jovens encontrem seu próprio modo de vida num mundo que, com frequência, os confronta com normas sociais estreitas e cruéis. Afirmar a diversidade de gênero não é destruir: é afirmar a complexidade humana e criar espaço para as pessoas encontrarem seu próprio caminho nessa complexidade.

O mundo da diversidade de gênero e da complexidade sexual não vai desaparecer. Vai ampliar as demandas de reconhecimento para todas as pessoas que buscam viver o gênero e a sexualidade sem estigma ou sob a ameaça da violência. Quem vive fora da norma merece estar neste mundo sem medo; merece amar e existir, merece buscar a criação de um mundo menos desigual e livre de violência.

Judith Butler é filósofa, professor de literatura comparada na Universidade da Califórnia, Berkeley. Seu primeiro livro traduzido foi “Problemas de gênero – feminismo e subversão” (Civilização Brasileira, 2003) e hoje parte da sua obra está publicada em português e tem sido pesquisada em diversos campos de saber. Esteve no Brasil em 2015 e 2017 para seminários sobre gênero e democracia.

[i] Tradução realizada por Carla Rodrigues, professora de Filosofia (UFRJ), pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Filosofia (IFCS/PPGF) e bolsista da Faperj com um projeto sobre o pensamento da filósofa Judith Butler; e revisão realizada por Sonia Corrêa, pesquisadora associada da ABIA e co-coordenadora do Observatório de Sexualidade e Política (SPW).

Esse artigo foi originalmente publicado em inglês pela [revista New Statesman](#) como parte da Série Agora.

Brasil avança em combate a abuso infantil, mas ainda tem falhas

País ocupa 11ª posição em relatório; ponto negativo é prevenção à violência sexual

[\(Folha de S.Paulo, 20/01/2019 - acesse no site de origem\)](#)

SÃO PAULO - O governo brasileiro avançou em leis federais contra o [abuso](#) e a [exploração](#)

[sexual de crianças](#), mas ainda falha em prover dados sobre a prevalência desse tipo de violência e programas que previnam novos abusos.

A análise é de um [relatório](#) do setor de pesquisas da revista britânica The Economist publicado nesta semana, que avaliou dados quantitativos e qualitativos de 40 países, que reúnem 70% da população global de crianças.

O Brasil ocupa a 11ª melhor colocação, com 62,4 pontos, em escala que chega a cem, em estratégias de combate a esses crimes. Está acima da média do grupo, de 55,4 pontos. A Argentina, por exemplo, marcou 45,4 pontos. A pontuação é composta por 34 indicadores e 132 subindicadores.



Exploração sexual infantil no Pará, por Marlene Bergamo / Folhapress. [Acesse galeria na íntegra.](#)

Embora os dez países mais bem colocados (pontuação acima de 75) figurem entre os mais ricos do mundo, como Reino Unido (82,7), Suécia (81,5) e Canadá (75,3), melhores índices socioeconômicos não implicam diretamente em maior proteção às crianças, segundo o relatório.

Mas, quanto maior a pontuação do país no chamado [índice de democracia](#) (medido pela Economist), maior a probabilidade de que as crianças estejam protegidas.

“O estigma e a falta de [discussão aberta sobre sexo](#), direitos das crianças e gênero geram repercussões negativas na habilidade de um país proteger suas crianças”, dizem os autores do relatório.

Segundo registros do SUS, 49,5 mil meninas de 10 a 19 anos [sofreram estupro](#) de 2011 a 2016, média de 23 por dia. Em 58% dos casos, o crime ocorreu na residência. Em 36%, familiares ou parceiros íntimos foram os prováveis autores.

A discussão vem no momento em que a [educação sexual nas escolas está sob ataques do governo de Jair Bolsonaro \(PSL\)](#). “Quem ensina sexo para as crianças é o papai e a mamãe”, disse o presidente em novembro. No mês seguinte, o escritor Olavo Carvalho, apontado como ideólogo de Bolsonaro, foi além: [“Quanto mais educação sexual, mais putaria nas escolas”](#).



Escola católica de SP trabalha com temas de sexualidade, por Karime Xavier/Folhapress ([Acesse galeria na íntegra](#))

A [Câmara dos Deputados, por sua vez, discute proposta](#) que restringe a inclusão do tema nas escolas, o chamado [Escola sem Partido](#).

Ela prevê que os valores familiares devem ter “precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa”. Determina ainda que não serão adotadas políticas que usem os termos “gênero” e “orientação sexual”.

O relatório considera diversas formas de violência sexual, como estupros, [exploração sexual](#), exposição a imagens e linguagem sexual, casamento infantil, entre outros.

“Estamos no princípio de mudanças de atitudes entre adultos [no que diz respeito a abusos sexuais, como o [movimento #MeToo](#)], mas não particularmente sobre as crianças”, diz Carol Bellamy, da ECPAT International (rede global para combate à exploração sexual de crianças), no relatório.

O documento avalia quatro quesitos principais: o ambiente (como a segurança e a estabilidade em um país); as legislações de proteção às crianças; o compromisso e capacidade dos governos de executar as políticas no setor e o engajamento do setor privado, da sociedade civil e da mídia.

O Brasil aparece com pontuação acima da média em todos os quesitos, com exceção do compromisso e capacidade dos governos: globalmente, o índice foi de 50,4, mas o Brasil aparece com 48,1 pontos.

Entre as iniciativas positivas adotadas pelo país, a Childhood Brasil cita uma lei, de 2017, que garante direitos a menores de idade vítimas ou testemunhas de violência, incluindo a sexual. Um deles é o acesso à escuta protegida, ou seja, as denúncias devem ser apresentadas em um ambiente seguro, acolhedor e sob controle de profissionais qualificados.

Entre limitações brasileiras, o relatório cita falhas na coleta de dados sobre violência sexual contra crianças e a insuficiência de programas de prevenção aos abusadores.

O documento apresenta iniciativas que têm se mostrado eficazes na prevenção e tratamento desse tipo de violência. Na Alemanha, por exemplo, há um projeto na área da prevenção que oferece a pedófilos um tratamento terapêutico gratuito e confidencial, com abordagens que buscam uma autogestão da libido.

Uma outra questão abordada no relatório foi sobre a violência sexual sofrida por meninos, que tende a ser negligenciada.

PESQUISAS AVALIOU LEIS CONTRA O ABUSO SEXUAL INFANTIL

62,4 pontos obtidos pelo **Brasil** na avaliação de política de combate ao abuso e exploração sexual, numa escala de 0 a 100

82,7 foi a pontuação do **Reino Unido**, o mais bem colocado na pesquisa

53,4 foi a pontuação obtida pela **Malásia**, na lanterna do estudo

Cláudia Collucci

[Maioria no país defende educação sexual e discussão sobre política nas escolas](#)

Segundo o Datafolha, 71% são a favor de falar de assuntos políticos em sala de aula

[\(Folha de S.Paulo, 07/01/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Para a maior parte da população, [educação sexual](#) e assuntos políticos devem ser temas tratados nas salas de aulas do país, segundo pesquisa Datafolha. A abordagem desses dois assuntos nas escolas tem sido [alvo de ataque nos últimos anos](#) por parte de grupos conservadores e religiosos.

Desde 2014 pipocam por todo país [projetos legislativos inspirados no movimento Escola sem Partido](#), que prevê limitar o que o professor pode falar em sala de aula e, na maioria dos casos, vetar menções a política, gênero e educação sexual.

Partidários do [Escola sem Partido](#) acusam professores de uma suposta doutrinação de esquerda, enquanto o presidente Jair Bolsonaro (PSL) catapultou sua carreira política em uma cruzada contra a abordagem do que ele e outros detratores chamam de [“ideologia de gênero”](#), expressão nunca usada por educadores.

O Datafolha ouviu 2.077 em 130 municípios nos dias 18 e 19 de dezembro. A margem de erro da pesquisa é de 2 pontos percentuais, para mais ou para menos.

O instituto perguntou aos brasileiros sobre os dois temas: educação sexual e discussão política em aula.

A presença de assuntos políticos nas escolas tem o maior apoio: 71% concordam, sendo que 54% apoiam totalmente. O percentual de apoio a esse tema nas escolas é maior do que a discordância em todos os recortes analisados pelo instituto, seja por idade, renda, religião e preferência partidária, por exemplo.

A aprovação por assuntos políticos nas salas de aula cresce de acordo com a escolaridade. Entre aqueles que têm ensino superior, 83% concordam com a afirmação de que esse tema deve estar presente nas escolas.

Entre os 28% dos que se opõem à discussão política nas aulas, 20% dizem discordar totalmente. Os outros 8% discordam em parte.

Já o apoio à [educação sexual nas escolas](#) alcança 54%. O endosso é maior entre as mulheres do que entre homens (56% e 52%, respectivamente), mas fica empatado na margem de erro.

Quanto maior a escolaridade, maior também a anuência com a previsão desse conteúdo. Entre aqueles com ensino superior, o percentual é de 63%.

Apesar de haver consentimento maior, a [educação sexual divide mais a opinião da população](#). O Datafolha mostra que, enquanto 35% das pessoas concordam totalmente, os que desaprovam totalmente também somam outros 35%.

Segundo a pesquisa Datafolha, a oposição à [educação sexual só é superior em dois grupos](#): entre os que dizem ter votado em Bolsonaro (54% discordam com a adoção do tema) e entre evangélicos (53%).

Outra pesquisa realizada pelo instituto em 2016 com pais de estudantes na cidade de São Paulo mostrou que, nesse grupo, 83% apoiavam discussões sobre sexualidade com parte do conteúdo ensinado nas escolas.

Entre os críticos da educação sexual e também da presença de assuntos políticos nas aulas há o argumento de que o [papel da escola é focar no ensino dos conteúdos considerados clássicos](#). Por outro lado, defensores desses conteúdos entendem que a escola tem um papel mais amplo na formação de cidadãos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, define que a educação deve se vincular ao mundo do trabalho e à prática social, tendo por finalidade “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania”. Já os parâmetros curriculares nacionais preveem a educação sexual nas escolas desde 1997.

Essa temática deve ser trabalhada em várias disciplinas na educação básica e é apontada por especialistas como forma de colaborar com o combate a problemas como gravidez precoce, doenças sexualmente transmissíveis, violência contra mulher e homofobia.

Após pressão de conservadores e religiosos, incluindo da bancada evangélica no Congresso, [o governo Michel Temer esvaziou em 2017 menções a gênero e sexualidade da Base Nacional Comum Curricular](#). O documento define o que os alunos devem aprender na educação básica.

O próprio Bolsonaro [já disse ser contra a abordagem da sexualidade nas instituições de ensino](#) e que a escola deve se voltar às disciplinas. “Quem ensina sexo para a criança é o papai e a mamãe. Escola é lugar de aprender física, matemática, química. Fazer com que no futuro tenhamos um bom empregado, um bom patrão e um bom liberal”, afirmou em novembro.

Apontado como ideólogo do presidente eleito e das pessoas a seu redor, o escritor Olavo de Carvalho [disse em entrevista à Folha que](#), “quanto mais educação sexual, mais putaria nas escolas”. “Está ensinando criança a dar a bunda, chupar pica, espremer peitinho da outra em público. Acham que educação sexual está fazendo bem, mas só está fazendo mal.”

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, foi indicado por Olavo de Carvalho. [No seu discurso de posse](#), Vélez criticou o que chama de “ideologia de gênero” e um suposto “marxismo cultural” na educação.

PROJETO ESCOLA SEM PARTIDO

O combate a essas abordagens ganhou relevo após o ingresso de projetos de lei. Em 2014, os filhos de Bolsonaro apresentaram as primeiras proposições para criar o projeto Escola Sem Partido no Rio de Janeiro. Flávio fez a proposta na Assembleia Legislativa, e Carlos, na Câmara.

[A iniciativa impulsionou o Escola Sem Partido](#), movimento criado em 2004 para combater uma suposta doutrinação de esquerda dos professores.

Até novembro de 2018, havia ao menos 181 projetos de lei em Câmaras Municipais e Assembleias em todo o país com teor semelhante, segundo levantamento do Movimento Educação Democrática.

Na Câmara dos Deputados, um projeto de lei similar [tramitou até dezembro](#), mas acabou arquivado por não ter sido votado em comissão especial que o analisava. O texto prevê que os valores familiares devem ter “precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa”.

Movimentos que se opõem a discussões sobre gênero nas escolas [ganham força desde a década de 1990 em vários países do mundo](#). Há iniciativas em ao menos 50 países em consonância com agendas religiosas como a oposição ao aborto, ao casamento homossexual e a um suposto risco de destruição da família.

EXEMPLOS DE [ABORDAGENS SOBRE SEXUALIDADE](#) NO ENSINO

Rede estadual de São Paulo

Capacita educadores para atuação em temas como prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e gravidez

Rede municipal de São Paulo

Tema é inserido em ciências, com respeito a 'ideias trazidas pelos estudantes a partir da cultura familiar'

Colégio Oswald de Andrade

Temas são tratados em aulas de ciência e psicologia

Colégio Santa Maria (SP)

Projeto no 7º e 8º ano aborda tema com foco em mudanças do corpo e nos sentimentos

Colégio Graphein (SP)

Alunos têm contato com tema a partir dos 12 anos em aulas de orientação educacional

[Mães adolescentes recuam 24% em dez anos, e união homoafetiva segue em alta](#)

Número de divórcios cresceu, mas proporção de casais que divide guarda dos filhos é maior

[\(Folha de S.Paulo, 31/10/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Em dez anos, caiu mais de 24% o número de mães adolescentes no país. Em 2007, quase 630 mil garotas com idade entre 15 e 19 anos deram à luz. No ano passado, foram 476 mil.

Cerca de [20% das crianças nascidas em 2007](#) eram filhas de mulheres com esse perfil. Em 2017, o percentual foi para 16%.

Ao mesmo tempo, cresceu 34% o número de mulheres que tiveram filhos depois dos 30 anos. Eram 763 mil em 2007, contra mais de 1 milhão em 2017.

Os números são das Estatísticas do Registro Civil, levantamento do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgado nesta quarta-feira (31). O estudo reúne informações sobre nascimentos, mortes, matrimônios e divórcios.

Outro ponto observado é o crescimento de casamentos homoafetivos, que subiram 10% de 2016 a 2017. O maior aumento foi na região Centro-Oeste (13,8%) e o menor, no Nordeste (1%).

O crescimento foi mais expressivo nas uniões entre mulheres: subiram 15,1% e representam 57,5% dos casamentos entre pessoas do mesmo sexo no país.

O total de matrimônios, porém, caiu cerca de 2%. O estado que registrou a maior queda foi o Ceará (mais de 10%). No Amapá, por sua vez, as uniões subiram 11% entre 2016 e 2017.

Além de menos frequentes, os casamentos agora duram menos. O tempo médio entre a data de união e a da separação saiu de 17 anos, em 2007, para 14 anos, em 2017. Entre 2016 e o ano passado, houve alta de 8% nos divórcios em todo o país.

Mais casais divorciados, contudo, decidiram compartilhar a guarda dos filhos menores de idade. O salto em apenas um ano (2016 a 2017) foi de 33%, e a prática é mais frequente na região Sul do Brasil (acontece em cerca de 24% dos casos).

A alta, segundo avaliação do IBGE, é uma tendência que vem sendo observada desde 2014, quando uma [mudança na legislação](#) passou a incentivar a adoção da guarda compartilhada. Naquele ano, 7,5% dos casais optavam pelo modelo. Em 2017, foram 20,9%.

Ainda assim, o compartilhamento é exceção: em sete de cada dez casos de divórcio entre casais heterossexuais, as crianças ficam sob responsabilidade da mãe.

NASCIMENTO

Quanto às estatísticas populacionais, o IBGE indica que o número de nascimentos cresceu 2,6% em 2017, recuperando parte da queda registrada em 2016. Ainda assim, nasceram menos crianças do que em 2015.

As mortes, por sua vez, são mais frequentes: houve 23,5% mais óbitos em 2017 em comparação com 2007.

Os dados não chegam a surpreender. A [previsão do IBGE](#) é que a população brasileira cresça em ritmo cada vez mais lento.

A partir de 2050, quando seremos cerca de 233 milhões, a tendência é que o número de brasileiros comece a cair.